

OS EURODEPUTADOS, AS ELEIÇÕES E OS DESAFÍOS DA UE



■ São 21 representantes de Portugal no Parlamento Europeu de que fazemos o retrato. O PS foi o mais votado, mas a AD ficou logo atrás. A IL foi o único partido que ganhou votos relativamente às legislativas. O Chega perdeu peso, muito, quase metade. BE e PCP mantêm-se em Estrasburgo, mas perderam representatividade. São eles que vão participar na construção de respostas para a União Europeia, numa legislatura que é encarada como decisiva para o projeto europeu, com desafios que passam por repensar a segurança e defesa, promover a competitividade, gerir o processo de alargamento, as transições energética e digital e ter uma palavra mais assertiva no palco geopolítico.

União Europeia escapa à crise à espera da próxima

■ Os piores cenários não se confirmaram e a União Europeia pode suspirar de alívio, mas só até à próxima crise, porque a extrema-direita e a direita radical populista cresceram na Europa Ocidental e prometem condicionar políticas. Com menor peso no Parlamento, mas maior preponderância no Conselho Europeu.

Ricardo Santos Ferreira rsferreira@medianove.com

O Partido Popular Europeu (PPE) venceu as eleições europeias, de forma clara, mantendo-se como o maior grupo no Parlamento Europeu e reforçando a bancada com mais 10 lugares, para 186. Os Socialistas&Democratas (S&D) perderam quatro mandatos, mas continuam a ser o segundo maior grupo no Parlamento Europeu, com 135 assentos, enquanto o Renovar a Europa (RE), perdeu quase um quarto da representação, para 79 representantes. Juntos, somam 400 e continuam a ser a travessura do projeto europeu.

A enxurrada da extrema-direita e da direita radical populista também não se verificou. Os Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) ganharam quatro mandatos, em relação a 2019, para 73, enquanto o do Identidade e Democracia (ID) ganhou nove representantes, subindo

para 58, ainda que a comparação não possa ser feita diretamente, porque o segundo número não inclui os 15 deputados da Alternativa para a Alemanha (AfD), entretanto expulsa do IE.

Isto quer dizer que mesmo que o PPE cedesse à tentação de se aproximar mais do ECR, a aritmética mostra que juntando o RE a direita ainda estaria 23 lugares aquém de uma maioria, que só poderia ser obtida com o ID ou com a junção de muitos dos 100 novos deputados de partidos não inscritos ou não alinhados.

“Recordo o cenário há poucas semanas, quando se encarava a hipótese da constituição de um grupo muito forte de extrema-direita no Parlamento Europeu, populista e eurocético, que pudesse mesmo chegar a ameaçar a maioria absoluta do número de deputados europeus dos partidos tradicionais, que pudessem superar o S&D e aproximar-



rise, ima



-se do PPE”, diz ao NOVO e ao Jornal Económico (JE) Paulo Sande, professor na Universidade Católica Portuguesa e especialista em temas europeus.

“Essa vantagem não foi posta em causa pelos resultados eleitorais”, sublinha.

“Isso significa que o PPE, o S&D e o RE deverão continuar a poder ter condições para levar a cabo as iniciativas estratégicas de maior relevância que estão em prática e em torno de um programa para o mandato de cinco anos, que poderão ter contornos e desafios estratégicos de monta para o continente europeu, não apenas a nível geopolítico, mas também a nível económico e social”, considera Luís Tavares Bravo, presidente da International Affairs Network.

A União Europeia pôde respirar fundo.

No entanto, como diz Paulo Sande, “ao mesmo tempo que as contas se fazem com olhos em Bruxelas, outros cálculos e projeções pesam – ou podem pesar – tanto ou mais no futuro da UE”.

É certo que a extrema-direita e a direita radical populista ficaram aquém do esperado nas eleições, mas devido, essencialmente, ao que aconteceu na Europa de Leste. Por exemplo, na Hungria, a coligação entre o Fidesz, do primeiro-ministro Viktor Orbán, e o Partido Popular Democrata Cristão (KDNP), ficou abaixo dos 50%, pela primeira vez em muitos atos eleitorais. Na Polónia, o Partido Lei e Justiça (PiS), que tinha vencido as legislativas para depois ser derrotado por uma geringonça, desta vez não foi o mais votado. E na Eslováquia, o SMER, do



Paulo Sande
professor na Universidade Católica Portuguesa



Luís Tavares Bravo
presidente da International Affairs Network

primeiro-ministro Robert Fico, favorito, foi derrotado.

Na Europa Ocidental, os Irmãos de Itália, da primeira-ministra Giorgia Meloni foi o mais votado, a AfD afirmou-se como a segunda força política na Alemanha, ainda que em perda, mas superando os sociais-democratas no poder, e na Áustria o Partido da Liberdade venceu pela primeira vez as europeias. Em França, o Reagrupamento Nacional foi um claro primeiro nas eleições, tornando-se o primeiro partido a obter mais de 30% dos votos nas eleições europeias desde 1984 – chegou aos 31,4% –, derrotando o Renascer, de Emmanuel Macron, que obteve menos de metade do score, levando o presidente francês a convocar legislativas para 30 de junho.

“O que suceder em França e na Alemanha – sem descurar a Bélgica, mas também Espanha e outros países europeus – poderá criar ondas de choque com impacto nas políticas europeias”, avisa Sande.

“Trata-se de saber como vão ser orientadas as políticas públicas europeias nos próximos cinco anos, em matéria de defesa, de segurança, de migrações e asilo, da competitividade da economia europeia, das transições climática e digital, se haverá progressos na união bancária, na união de mercado de capitais, no mercado comum da energia. Se o alargamento prossegue ou retrocede. E como se financiarão as novas políticas que tantos, a começar pelos mais eurocéticos, exigem”, aponta o professor da Católica.

Luís Tavares Bravo reforça esta ideia: “As consequências nacionais dos resultados eleitorais poderão alterar os parâmetros da cooperação da UE, com uma maior mudança para a agenda interna”.

“Por enquanto, o risco de novas tensões na dívida soberana permanece limitado à França até às eleições. Contudo, a mudança para a direita em muitos países poderá trazer políticas fiscais mais flexíveis a nível nacional, seja através de estímulos pró-crescimento ou simplesmente de mais transferências sociais. Isto poderá, consequentemente, trazer novas tensões com a Comissão Europeia e incerteza para os mercados financeiros – embora estejamos obviamente sempre aqui a falar de uma possibilidade remota de uma nova crise soberana”, avisa.

E a União Europeia volta a sustentar a respiração.

■ Ganhadores e perdedores das eleições para o Parlamento Europeu



Manfred Weber
presidente do PPE
■ O maior grupo do Parlamento Europeu recuperou terreno e cresceu, contra a maioria dos prognósticos.



Marine Le Pen
líder parlamentar do Regrupamento Nacional
■ A vitória clara provocou um terremoto político em França, com Macron a marcar legislativas para o final do mês.



João Cotrim Figueiredo
cabeça de lista da IL
■ Foi o único a ganhar votos relativamente às legislativas, chegando aos dois mandatos. Mostrou que vale mais do que o partido



Marta Temido
cabeça de lista do PS
■ O PS foi o partido mais votado, mas perdeu um deputado. Resultado serve a medição de forças na política nacional.



Valérie Hayer
presidente do Renovar a Europa
■ Os liberais foram o grupo mais fustigado nas eleições, perdendo 23 lugares. Quase metade pelo desastre em França.



Robert Fico
primeiro-ministro da Eslováquia
■ Reação do partido à tentativa de assassinato de Fico penalizou-o e passou de favorito a derrotado em poucos dias.



Francisco Paupério
cabeça de lista do Livre
■ O Livre não conseguiu repetir nas europeias o sucesso das legislativas e a mesma posição na hierarquia não chegou.



António Tânger Corrêa
cabeça de lista do Chega
■ O Chega perdeu quase metade do peso que obteve nas legislativas. Passou a estar representado em Estrasburgo, mas foi uma derrota.

Os desafios que vão marcar a legislatura e o futuro da União Europeia



■ A anterior legislatura na União Europeia – iniciada a 1 de julho de 2019 no caso do Parlamento Europeu e a 1 de dezembro do mesmo ano na Comissão Europeia – foi marcada por uma sucessão de crises. A que vai começar agora terá pela frente desafios que vão definir o futuro da aventura comum, com pressões externas sem par, mas também internas. **Ricardo Santos Ferreira** rsferreira@medianove.com

A pandemia de covid-19, a crise económica, a seguir a guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia e a crise inflacionista, combatida com o mais rápido agravamento das taxas de juro em 40 anos, condicionaram as propostas políticas iniciais da anterior legislatura europeia. O mundo mudou muito e os desafios que agora se colocam também exigem uma resposta mais efetiva da União Europeia (UE), numa legislatura que se acredita decisiva.

“A UE encontra-se numa verdadeira encruzilhada cheia de desafios e obstáculos, mas também com oportunidades para atingir os seus objetivos”, diz ao Jornal Económico (JE) Carlos Morgado Braz, coordenador da licenciatura em Relações Internacionais da Universidade Europeia. “A situação atual tem muitas semelhanças com o que a Europa vivia há exatamente um século, incluindo a guerra, uma pandemia e um mundo em mudança”, acrescenta.

São diversas as provas a enfrentar, da competitividade da eco-

nomia europeia à autonomia da produção, à promoção a investigação e às transições digital e energética. Entre os desafios que se colocam, destacamos quatro, que estão interligados, que traduzem, em alguns casos, o aprofundamento de situações que já vivemos, que vão marcar a próxima legislatura europeia e, também, moldar o futuro da experiência comum europeia.

SEGURANÇA E DEFESA

A guerra na Ucrânia levou a Europa a um acordar sobressaltado

para a necessidade de ter ferramentas para garantir a sua integridade e proteger os seus interesses. “A UE habituou-se à ideia de que dispunha de uma fronteira de segurança, a NATO, e que o chapéu protetor dos Estados Unidos era suficiente para garantir a segurança europeia, com o consequente desinvestimento na defesa por parte da maioria dos estados-membros”, afirma José Filipe Pinto, professor catedrático da Universidade Lusófona e especialista em relações internacionais. “Este é o maior desafio que se coloca à comunidade”, enfatiza.

A questão é saber como vai ser concretizada esta mudança no sentido de uma aposta na segurança e defesa. Com a guerra, a Alemanha mudou de paradigma, comprometendo-se com um investimento de 100 mil milhões de euros para a modernização das forças

“A UE continua a denotar marcas da indefinição inicial. A política dos pequenos passos da via intergovernamentalista, preconizada por Monnet e Schuman, ainda coexiste com a visão federalista de Altiero Spinelli, fazendo da Comunidade uma entidade híbrida, uma espécie de Objeto Político Não Identificado”, diz José Filipe Pinto



armadas, que Berlim pretende que estejam prontas para entrar em combate. Foi um sinal, mas não está definido, em termos europeus o que acontecerá. “Não existe uma posição consensual sobre a questão, com [Emmanuel] Macron a insistir na formação de um exército comum europeu e outros líderes europeus a defenderem a criação de uma força de intervenção rápida”, diz José Filipe Pinto.

Morgado Braz acrescenta que a autonomia e a segurança contra as ameaças “híbridas, cibernéticas e FIMI [manipulação e interferência externas]”, nomeadamente as relacionadas com os ciclos eleitorais, também estarão na agenda.

A promessa de investimento em defesa passa, também, por ser satisfeito o compromisso de destinar 2% do produto interno bruto à defesa, no quadro da NATO, ainda que parte do desafio seja saber como se articula a renovada posição europeia com a Aliança Atlântica. “É detetável a indefinição na forma de articulação desses elementos com a NATO”, diz Pinto.

E mantém-se a guerra na Ucrânia como pano de fundo, cuja abor-

dagem constituirá um teste para a União. “Será um assunto particularmente contencioso em duas dimensões: custo económico da guerra vai ser um assunto politicamente delicado e que criará fissuras na próxima legislatura e não será igualmente simples manter o apoio inabalável ao regime de sanções que têm tido um impacto grande nas economias de países como Grécia, Bulgária, Roménia, Finlândia, Bélgica ou Países Baixos”, alerta Tiago André Lopes, professor de Diplomacia da Universidade Portucalense.

ALARGAMENTO

O desafio do alargamento da UE, um processo em que estarão envolvidos nove países e que é visto, como disse recentemente o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, como a “pedra angular” da “estratégia de soberania” europeia, e, com alguma consistência, como uma questão de segurança e defesa.

Albânia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia do Norte, Montenegro, Sérvia, Turquia, Moldova e Geórgia são oficialmente can-



José Filipe Pinto
professor catedrático
da Universidade Lusófona



Carlos Morgado Braz
coordenador da Licenciatura
em Relações Internacionais
da Universidade Europeia



Tiago André Lopes
professor de Diplomacia
da Universidade Portucalense

didatos à adesão. A Ucrânia, em guerra, também. E um décimo país, o Kosovo, quer ser elegível, mas não é reconhecido por cinco estados-membros. O grande alargamento – com 10 entradas – foi há 20 anos e este quer-se concluído até 2030, ou seja, será construído na próxima legislatura.

“Face ao elevado número de países já com o estatuto de candidatos ou que já manifestaram vontade nesse sentido, a UE pode ver crescer não apenas os seus limites geográficos, mas também as suas fraturas internas”, alerta, no entanto, José Filipe Pinto. “Entre o aprofundamento, passível de conduzir a um melhor conhecimento recíproco e à consolidação de uma identidade europeia, e o alargamento a novos membros, a opção tem ido no sentido de aumentar a dimensão demográfica e territorial da União Europeia. Porém, há que ter em conta que a unidade na diversidade não vai ser fácil, face às enormes assimetrias a vários níveis – político, económico, cultural e social – entre vários desses candidatos e as realidades da UE”, acrescenta.

Cada um dos países será um caso concreto, a começar pela Ucrânia invadida pela Rússia. Depois, Estrasburgo e Bruxelas terão de decidir se Macedónia do Norte e Albânia podem avançar antes da Ucrânia estar em condições, o que fazer em relação ao processo da Turquia qual a matriz negocial com a Moldova ou com a Bósnia-Herzegovina ou, ainda, qual a abordagem à Geórgia.

Dentro deste acresce o outro desafio, que é a reforma da própria UE para que possa acomodar mais membros sem se afundar na paralisia, ficar refém de estados ou da tecnocracia europeia. “O alargamento deverá acontecer após um processo de reformas institucionais que levarão a discussões políticas e ideológicas que oporão as três visões: os eurocéticos; os federalistas e os soberanistas comunitários”, diz Tiago André Lopes.

IMIGRAÇÃO

O desafio da imigração, a que a UE tem tido dificuldades em dar resposta, como demonstra o caos humanitário nas fronteiras mediterrânicas e, também, o crescimento do populismo extremista, está interligado com outro desafio presente, o da resposta ao inverno demográfico, que constitui “uma ameaça para a manutenção do

nível de vida [europeu], face à redução da força de trabalho devido ao envelhecimento da população, por conta do aumento da esperança de vida e da redução das taxas de natalidade e fecundidade”, como aponta o professor da Lusófona.

A UE endureceu agora as regras de acesso ao espaço da União, mas Tiago André Lopes aponta que o novo Parlamento Europeu ainda terá um papel a desempenhar. “Terá de optar entre uma matriz mais humanista e cosmopolita, ou uma lente mais protecionista e exclusivista”, diz, antevendo um embate por causa fluxos migratórios vindos do Norte de África, da Ásia do Sul e do Médio Oriente, pelas “questões identitárias que levantam”.

GEOPOLÍTICA

Interligando todos os desafios elencados, incluindo os da competitividade da economia europeia e das transições digital e energética, está a questão do papel que a UE pode desempenhar no palco internacional.

O quadro geopolítico mudou com a pandemia de covid-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, que ambiciona recuperar relevância internacional, e com a China, que pretende afirmar politicamente o seu poder político, depois de ver reconhecido o económico, e está a reforçar a capacidade militar.

“A UE tem assumido um papel subalterno enquanto membro da Ordem Liberal, aceitando a hegemonia norte-americana, algo que vem desde o fim da II Guerra Mundial. No entanto, a afirmação de duas outras ordens – a Ordem Eurasiana, liderada pela Rússia, e a Ordem da Rota da Seda, comandada pela China – e o previsível surgimento de uma Ordem Islâmica, bem como a crescente aposta dos EUA no Pacífico como seu destino manifesto, obrigarão a UE a uma alteração estratégica se quiser vir a desempenhar um papel relevante na nova ordem mundial”, avisa Pinto.

Claro que a resposta a isto terá de ser articulada, primeiro, internamente, ao nível político, o que não é fácil, tendo em conta os diferentes interesses externos de cada um dos estados-membros, mas também em termos institucionais, para que os processos possam ser eficazes.

“Vão exigir à futura liderança uma atenção acrescida – e habilidade! – para saber conduzir os destinos da UE”, reforça Carlos Morgado Braz.

Quem são os deputados e os resultados das eleições

Eleições ■ A hierarquia dos partidos que resulta das eleições para o Parlamento Europeu é muito idêntica à que saiu das legislativas. O PS venceu, mas está praticamente empatado com a AD. O Chega é terceiro, mas caiu para quase metade. A IL subiu. BE e PCP perderam. PAN saiu. **Ricardo Santos Ferreira** rsferreira@medianove.com

Os resultados, ainda provisórios – falta apurar oito consulados –, das eleições para o Parlamento Europeu mostram um quadro político muito idêntico ao que saiu das legislativas de março, ainda que se notem algumas diferenças.

PS e PSD ficaram separados por menos de um ponto percentual, tal como se tinha verificado nas legislativas. Agora, a vitória foi do PS, enquanto em março sorriu à AD. O universo também é diferente, porque nas legislativas contabilizaram-se 6,47 milhões de votos, enquanto agora foram apenas 3,94 milhões.

O PS venceu as eleições, mas perdeu um deputado, enquanto a AD ficou em segundo, mas manteve os sete mandatos conquistados por PSD e CDS-PP em 2019.

O PS venceu as eleições, mas perdeu um deputado. A AD foi segunda, mas manteve os sete mandatos conquistados por PSD e CDS-PP em 2019

O Chega afirma-se, de novo, como a terceira força política mais votada, mas perdeu quase metade do peso, de 18,07% para 9,79%, vendo a IL chegar-se muito próximo, com 9,07%, quase duplicando os 4,94% das legislativas.

Em termos absolutos, João Cotrim de Figueiredo obteve mais 38.500 votos do que a IL nas legislativas. Foi o único a conseguir aumentar a votação.

BE e PCP mantiveram-se nas posições seguinte na hierarquia, mas cada um deles perdeu um deputado. São seguidos pelo Livre, que já não conseguiu eleger.

O Livre não conseguiu levar Francisco Paupério para Estrasburgo e o PAN foi incapaz de voltar a eleger um eurodeputado. Aliás, foi mesmo ultrapassado pelo ADN. Portugal deixa, assim, de ter representantes nos Verdes europeus.

Estas eleições trouxeram uma renovação quase total dos representantes portugueses no Parlamento Europeu. É verdade que o socialista Francisco Assis já tinha sido eurodeputado, entre 2004 e 2009, e que Ana Miguel Pedro, pelo CDS-PP, e Paulo Nascimento Cabral, pelo PSD, trabalhavam nos grupos parlamen-

tares, mas entre os eleitos só a social-democrata Lídia Pereira mantém a posição.

Dos 21 eurodeputados eleitos, cinco vêm da Assembleia da República, com destaque para os três primeiros da lista do PS. Outros quatro deixam as autarquias pelo Parlamento Europeu.

Uma nota para a Região Autónoma dos Açores, que tem três representantes nas listas – no PS, no PSD e na IL –, enquanto a Madeira tem só um.

Para estas eleições, face às de 2019, o número de inscritos aumentou em 42 mil, mas o número de votos contabilizados cresceu em mais de 634 mil, por força do maior interesse nas questões europeias, no voto antecipado, no voto em mobilidade, ou na conjugação de todos estes fatores.



MARTA TEMIDO

50 anos | PS

Socialistas&Democratas

Foi ministra da Saúde entre 2018 e 2022 e destacou-se por ter ocupado o cargo durante a pandemia de covid-19. Integrou os três governos liderados por António Costa, mas acabou por se demitir devido à crise nas urgências. Inscreveu-se no PS como militante em 2021 e foi eleita para a liderança do PS/Lisboa dois anos depois. Doutorada em Saúde Internacional e licenciada em Direito, foi também subdiretora do Instituto de Higiene e Medicina Tropical e presidente do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa. É deputada. *Luís Claro*



FRANCISCO ASSIS

59 anos | PS

Socialistas&Democratas

Licenciado em Filosofia, é, entre os novos eurodeputados do PS, aquele que tem mais experiência europeia. Foi deputado ao Parlamento Europeu entre 2004 e 2009. Foi duas vezes líder parlamentar do PS, presidente do Conselho Económico e Social, presidente da Federação Distrital do PS do Porto e presidente da câmara de Amarante. Atualmente, o socialista que mais contestou a criação da geringonça, mas apoiou a candidatura de Pedro Nuno Santos, desempenhava o cargo de deputado e poderia ser presidente do Parlamento nos últimos dois anos da legislatura se não tivesse optado por voltar a Estrasburgo. *LC*



ANA CATARINA MENDES

51 anos | PS

Socialistas&Democratas

Licenciada em Direito, foi uma das figuras do costismo. Foi ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares no terceiro e último governo de António Costa, depois de ter liderado o grupo parlamentar do PS. Foi eleita deputada pelo círculo de Setúbal, pela primeira vez, em 1995. No PS, ocupou diversos cargos, tendo sido a escolha para número dois do partido quando Costa chegou ao poder através da criação da geringonça. Antes disso, liderou a Federação da Distrital de Setúbal, uma das mais influentes do partido e a concelhia de Almada. *LC*



BRUNO GONÇALVES

27 anos | PS

Socialistas&Democratas

Natural de Braga, é o mais jovem dos novos eurodeputados eleitos por Portugal. Foi líder da Juventude Socialista bracarense e, atualmente, ocupa o cargo de secretário-geral da União Internacional de Juventudes Socialistas (IUSY), tendo sido eleito em 2021. Mestre em Engenharia Mecânica pela Universidade do Minho e analista de tecnologias de informação, pertence ao Secretariado Nacional da Juventude Socialista e é apontado como um dos jovens promissores dentro do partido. LC



ANDRÉ RODRIGUES

47 anos | PS

Socialistas&Democratas

É deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS. Foi assessor político do presidente do governo regional durante os dois mandatos de Vasco Cordeiro. Além de ser membro do Secretariado Regional do PS/Açores é também Secretário Coordenador do PS/São Miguel. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e foi jornalista durante 15 anos, tendo sido diretor do semanário Expresso das Nove. LC



CARLA TAVARES

53 anos | PS

Socialistas&Democratas

É presidente da câmara da Amadora há três mandatos, pelo que não poderia recandidatar-se nas eleições de 2025. É licenciada em Gestão e técnica financeira de profissão. A nova eurodeputada do PS exercia também os cargos de presidente da Área Metropolitana de Lisboa e vice-presidente do Conselho da Europa-Poderes Locais. Antes de presidir à autarquia da Amadora, cargo que ocupou em 2013, foi vice-presidente da câmara e deputada do PS na Assembleia da República. LC



ISILDA GOMES

72 anos | PS

Socialistas&Democratas

É presidente da Câmara Municipal de Portimão desde 2013, ou seja, cumpria o terceiro mandato à frente da autarquia e não poderia recandidatar-se em 2025. É também presidente da Associação Nacional de Autarcas Socialistas e da Comissão de Recursos Naturais (NAT), do Comité das Regiões.

Licenciada em Ensino da Matemática e Ciências da Natureza, Isilda Gomes foi deputada do PS e governadora civil do distrito de Faro. LC



SÉRGIO GONÇALVES

45 anos | PS

Socialistas&Democratas

Licenciado em economia e mestre em Gestão Internacional, tem-se dedicado a uma carreira no sector empresarial.

É deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, desde 2019. Foi presidente do PS/Madeira em 2022 e 2023, tendo disputado as eleições regionais ganhas pela colisão PSD/CDS-PP.

Ricardo Santos Ferreira



SEBASTIÃO BUGALHO

28 anos | AD

Partido Popular Europeu

Independente, estava na SIC Notícias, como comentador, quando o presidente do PSD em cima do fecho das listas para as eleições europeias, lhe deu 12 minutos para decidir se aceitava o repto de ser cabeça de lista da AD. O ex-aluno de Ciência Política aceitou nesta que é a sua segunda incursão pela política, depois de ter concorrido, também como independente, em 2019, nas listas de candidatos a deputados do CDS-PP às legislativas. Filho de dois jornalistas, tentou seguir a pisada dos pais nos jornais. Bruno Pires



PAULO CUNHA

52 anos | AD

Partido Popular Europeu

Foi presidente da Câmara Municipal de Famalicão, sua terra natal, e apanhou todos de surpresa quando decidiu não se recandidatar, em 2021, ao terceiro e último mandato que a lei lhe permitia. Foi deputado municipal e é, atualmente, presidente da Distrital de Braga do PSD. Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada no Porto, é vice-presidente do PSD, desde julho do ano passado, que foi compatibilizando com a tarefa de professor universitário. BP



ANA MIGUEL PEDRO

35 anos | AD

Partido Popular Europeu

É vogal da Comissão Política Nacional do CDS-PP. Mestre em Direito e Ciências Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, foi assessora do CDS-PP no Parlamento Europeu onde está há cerca de 12 anos, trabalhando com o presidente do partido, Nuno Melo, que era eurodeputado. Foi o nome indicado em primeiro lugar pelo CDS-PP por ter uma ampla experiência “em matérias europeias” como salientou Durval Tiago Ferreira, porta-voz do partido. BP



HÉLDER SOUSA SILVA

59 anos | AD

Partido Popular Europeu

É licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores e Ciências Sócio-Militares, mestre em Engenharia Electrotécnica e de Computadores e pós-graduado em Segurança e Defesa.

Até seguir para Estrasburgo, é o presidente da câmara de Mafra, concelho de onde é natural. É vice-presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa. Já foi deputado e vice-presidente da Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo. BP



LÍDIA PEREIRA

31 anos | AD

Partido Popular Europeu

Foi a número dois do PSD nas eleições europeias de 2019. Em abril, foi eleita por unanimidade para a vice-presidência do grupo parlamentar do Partido Popular Europeu.

É, também, presidente da Juventude do PPE. Ainda no Parlamento Europeu, é vice-coordenadora do PPE na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários. Natural de Coimbra e economista de profissão, notabilizou-se por ser a primeira política portuguesa a realizar uma campanha política neutra em carbono, chamando à atenção para as mudanças climática. **BP**



SÉRGIO HUMBERTO

48 anos | AD

Partido Popular Europeu

É presidente da câmara da Trofa, de onde é natural, eleito desde 2013 numa colidação PSD/CDS-PP e cumpria o último mandato permitido por lei. Desde novembro de 2021, é vice-presidente da Direção do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana do Porto. Foi presidente da Juventude Social Democrata da Trofa e da Concelhia do PSD da Trofa.

É presidente da Distrital do Porto do PSD e foi deputado à Assembleia da República. **RSF**



PAULO NASCIMENTO CABRAL

43 anos | AD

Partido Popular Europeu

Paulo Nascimento Cabral é conselheiro dos Açores e Energia na REPER, a Representação Permanente de Portugal na União Europeia. É licenciado em Psicologia Clínica e tem um MBA. Natural de São Miguel, nos Açores, foi chefe de gabinete do presidente do Governo Regional. Já exerceu funções de assessoria e de chefia no gabinete do Parlamento Europeu dos eurodeputados sociais-democratas, onde se ocupava, também, das questões relacionadas com as regiões ultraperiféricas. **RSF**



ANTÓNIO TÂNGER CORRÊA

72 anos | Chega
Identidade e Democracia

Foi diplomata durante mais de 40 anos, tendo sido embaixador na Bósnia, Sérvia, Israel, Egípto, Qatar, Lituânia. Foi secretário-geral da Juventude do CDS-PP e adjunto de Diogo Freitas do Amaral, quando foi ministro dos Negócios Estrangeiros da AD, em 1980.

É, desde 2020, vice-presidente do Conselho Nacional do Chega. RSF



TIAGO MOREIRA DE SÁ

53 anos | Chega
Identidade e Democracia

Natural de Lisboa, é licenciado em Ciências da Comunicação e Doutor em História das Relações Internacionais pelo ISCTE. É professor na Universidade NOVA e investigador no IPRI.

Foi deputado na Assembleia da República entre 2022 e 2024, pelo PSD, tendo assumido, na presidência de Rui Rio, os cargos de presidente da Comissão de Relações Internacionais do partido e de coordenador da Secção de Negócios Estrangeiros do Conselho Estratégico Nacional. Deixou o PSD para se juntar ao Chega. RSF



JOÃO COTRIM FIGUEIREDO

62 anos | IL
Renovar a Europa

Licenciado em Economia pela London School of Economics e com um MBA em Administração, Negócios e Marketing, é gestor e empresário. Foi o primeiro deputado eleito pela Iniciativa Liberal, em 2019, e mantém-se na Assembleia da República até seguir para Estrasburgo. Esteve na Compal, Nutricafés, Privado Holding. Foi diretor-geral da TVI e presidente do Turismo de Portugal. Foi também o terceiro presidente da Comissão Executiva da IL, entre 2019 e 2023. RSF



ANA MARTINS

39 anos | IL

Renovar a Europa

Ana Martins, natural da Ilha Terceira, nos Açores, é licenciada em Direito e em Ciência Política pela Universidade Católica Portuguesa e é mestre em Teoria Política e Filosofia pela Universidade de Oxford.

É vice-presidente da Iniciativa Liberal e lidera o Ilab, a unidade de investigação de políticas do partido. RSF



CATARINA MARTINS

50 anos | BE

A Esquerda

Nasceu no Porto, frequentou Direito em Coimbra mas viria a licenciar-se em Línguas e Literaturas Modernas. Fez carreira como atriz e encenadora. Eleita deputada pela primeira vez em 2009, como independente nas listas do BE, aderiu ao partido em 2010, foi co-coordenadora e, em 2016, assumiu funções como coordenadora, até 2023. O POLITICO descreveu-a como “a cara da esquerda” e elegeu-a, em 2015, como uma das 28 personalidades em destaque na Europa, na sequência do melhor resultado eleitoral de sempre do BE. Sílvia Caneco



JOÃO OLIVEIRA

44 anos | PCP

A Esquerda

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, tornou-se advogado. Natural de Évora, de onde é natural. Militante do PCP, foi deputado à Assembleia da República entre 2007 e 2022, tendo sido sempre eleito pelo círculo de Évora, de onde é natural. Não foi reeleito em 2022. Foi presidente do Grupo Parlamentar do PCP entre 2013 e 2022. Afastado da política ativa durante dois anos, regressou em 2024 como cabeça-de-lista do partido às Europeias. sc